

## Sumário

<b>Capítulo 1 – Direito Administrativo .....</b>	<b>1</b>
1.1. Introdução .....	1
1.2. Fontes .....	1
1.3. Definição.....	1
1.4. Princípios.....	2
1.4.1. Princípio da Legalidade.....	2
1.4.2. Princípio da Impessoalidade.....	3
1.4.3. Princípio da Moralidade .....	3
1.4.4. Princípio da Publicidade.....	3
1.4.5. Princípio da Eficiência .....	4
1.4.6. Princípio da Supremacia do Interesse Público ou da Finalidade Pública.....	4
1.4.7. Princípio da Indisponibilidade do Bem Público.....	5
1.4.8. Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade .....	5
1.4.9. Princípio da Motivação .....	5
<b>Capítulo 2 – A Administrativo Pública .....</b>	<b>7</b>
2.1. Estado, Governo e Administração Pública.....	7
2.2. Definição de Administração Pública .....	7
2.3. Classificação .....	9
2.4. Administração Pública Direta ou Centralizada .....	9
2.5. Administração Pública Indireta ou Descentralizada.....	9
2.6. Integrantes da Administração Pública Indireta .....	11
2.6.1. Autarquias .....	11
2.6.1.1. Agências Reguladoras .....	12
2.6.1.2. Agências Executivas.....	14
2.6.2. Fundações Públicas .....	14
2.7. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	16
2.7.1. Características Comuns entre as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista .....	17
<b>Capítulo 3 – Consórcios Públicos .....</b>	<b>21</b>
3.1. A Prestação de Serviços Públicos pelos Consórcios .....	21
3.2. Características dos Consórcios Públicos.....	21
3.3. Objetivo dos Consórcios .....	23
3.4. O Protocolo de Intenções.....	23
3.5. Natureza Jurídica dos Consórcios Públicos .....	24
3.6. O Contrato de Programa.....	24

<b>Capítulo 4 – Teoria dos Órgãos Públicos</b> .....	25
4.1. Definição.....	25
4.2. Características.....	26
4.3. Classificação dos órgãos públicos .....	26
4.4. Os Fenômenos da Centralização, Descentralização e Desconcentração ..	27
4.4.1. A Centralização.....	27
4.4.2. A Descentralização .....	27
4.4.3. A Desconcentração .....	28
<b>Capítulo 5 – As Entidades Paraestatais</b> .....	29
5.1. Definição.....	29
5.2. Exemplos de Entidades Paraestatais .....	30
5.2.1. Serviços Sociais Autônomos .....	30
5.2.2. Entidades de Apoio .....	30
5.2.3. Organizações Sociais (OS) – Lei Federal nº 9.637/98 .....	31
5.2.4. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei nº 9.790/99 .....	32
<b>Capítulo 6 – Deveres e Poderes Administrativos</b> .....	35
6.1. Deveres Administrativos .....	35
6.2. Espécies de Poderes Administrativos .....	35
6.2.1. Poder Vinculado .....	35
6.2.2. Poder Discricionário .....	36
6.2.3. Poder Hierárquico.....	36
6.2.4. Poder Normativo ou Regulamentar .....	36
6.2.5. Poder Disciplinar .....	37
6.2.6. Poder de Polícia .....	38
6.2.6.1. Definição.....	38
6.2.6.2. Atributos do poder de polícia .....	38
<b>Capítulo 7 – Ato Administrativo</b> .....	41
7.1. Definição.....	41
7.2. Características.....	41
7.3. Atributos .....	41
7.3.1. Presunção de Legitimidade .....	42
7.3.2. Auto-executoriedade .....	42
7.3.3. Imperatividade .....	42
7.3.4. Tipicidade .....	42
7.4. Elementos ou Requisitos.....	43
7.4.1. Sujeito (Competência) .....	43
7.4.2. Forma .....	44
7.4.3. Finalidade .....	44
7.4.4. Motivo.....	45
7.4.4.1. Teoria dos Motivos Determinantes.....	45
7.4.4.2. Motivo e Motivação.....	45
7.6. Objeto ou Conteúdo .....	46

7.7. Classificação .....	46
7.7.1. Quanto às prerrogativas .....	46
7.7.2. Quanto à manifestação de vontade .....	46
7.7.3. Quanto à formação .....	46
7.7.4. Quanto aos destinatários .....	47
7.7.5. Quanto aos efeitos .....	47
7.8. Espécies de Ato Administrativo .....	47
7.9. Extinção de Ato Administrativo .....	48
7.10. Convalidação (Aperfeiçoamento, Sanatória, Salvamento) .....	48
<b>Capítulo 8 – Bens Públicos</b> .....	<b>49</b>
8.1. Introdução .....	49
8.2. Domínio Público .....	49
8.3. Domínio Eminente .....	50
8.4. Conceito .....	50
8.5. Pessoas Administrativas Privadas .....	51
8.6. Classificação .....	51
8.6.1. Destinação .....	51
8.6.2. Bens de Uso Comum do Povo .....	52
8.6.3. Bens de Uso Especial .....	52
8.6.4. Bens Dominicais .....	53
8.7. Disponibilidade .....	53
8.7.1. Bens Indisponíveis .....	53
8.7.2. Bens Patrimoniais Indisponíveis .....	53
8.7.3. Bens Patrimoniais Disponíveis .....	54
8.8. Uso dos Bens Públicos .....	54
8.9. Formas de Uso .....	54
8.9.1. Uso Comum .....	54
8.9.2. Uso Especial .....	55
8.10. Afetação e Desafetação .....	55
8.11. Autorização, Permissão, Concessão .....	56
8.11.1. Autorização .....	56
8.11.2. Permissão .....	56
8.11.3. Concessão .....	57
<b>Capítulo 9 – Licitação</b> .....	<b>59</b>
9.1. Definição .....	59
9.2. Objeto .....	59
9.3. Competência Legislativa .....	60
9.4. Sujeitos da Licitação .....	60
9.5. Princípios .....	61
9.5.1. Da Legalidade .....	61
9.5.2. Moralidade .....	61
9.5.3. Igualdade .....	62
9.5.4. Publicidade .....	63

9.5.5. Vinculação ao Instrumento Convocatório .....	63
9.5.6. Julgamento Objetivo.....	64
9.5.7. Da Adjudicação Compulsória ao Vencedor .....	64
9.6. Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	64
9.6.1. Dispensa.....	65
9.6.2. Inexigibilidade.....	68
9.7. Fundamentação da Contratação Direta.....	69
9.8. Fases da Licitação.....	69
9.9. Fases da Licitação.....	70
9.9.1. Edital .....	70
9.9.1.1. Prazo de publicação do edital.....	70
9.9.1.2. Cumprimento das normas editalícias e impugnação do edital (arts. 41, 113) .....	71
9.9.2. Habilitação .....	71
9.9.3. Julgamento das Propostas e Classificação .....	72
9.9.3.1. Tipos de Licitação .....	72
9.9.3.2. Análise do Julgamento.....	73
9.9.4. Homologação .....	74
9.9.5. Adjudicação .....	74
9.10. Modalidades de Licitação .....	75
9.10.1. Concorrência.....	75
9.10.2. Tomada de Preços .....	76
9.10.3. Convite .....	76
9.10.4. Concurso .....	77
9.10.5. Leilão .....	77
9.10.6. Pregão.....	77
9.10.6.1. Fases do pregão.....	78
9.10.6.2. O Recurso Administrativo do pregão.....	79
9.11. Das Penalidades pela Não-Contratação .....	80
9.12. Anulação e Revogação da Licitação .....	80
9.13. Dos Recursos Administrativos.....	81
9.14. Recurso Genérico ou em Sentido Estrito.....	81
9.15. Representação .....	81
9.16. Do Pedido de Reconsideração.....	81
<b>Capítulo 10 – Contratos Administrativos .....</b>	<b>83</b>
10.1. Noções.....	83
10.2. Características.....	84
10.3. Presença das Cláusulas Exorbitantes.....	85
10.3.1. Alteração Unilateral dos Contratos.....	86
10.3.2. Rescisão Unilateral .....	86
10.3.3. Fiscalização dos Contratos .....	87
10.3.4. Aplicação de Sanções Administrativas .....	88
10.3.5. Ocupação Provisória de Bens, Pessoal e Serviços.....	88
10.4. Possibilidade de Exigência de Garantia.....	88

10.5. Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos .....	89
10.6. Restrições à Aplicação da Cláusula <i>Non Adimpleti Contractus</i> .....	90
10.7. Duração e Prorrogação dos Contratos Administrativos.....	91
10.7.1. Prorrogações Específicas .....	91
10.7.2. Prorrogações Genéricas.....	91
10.8. Inexecução dos Contratos Administrativos .....	92
10.8.1. Inexecução Culposa.....	92
10.8.1.1. Culpa do Contratado (Particular).....	92
10.8.1.2. Culpa da Administração Pública Contratante .....	92
10.9. Inexecução Sem Culpa .....	93
10.10. Mutabilidade dos Contratos.....	94
10.10.1. Áreas Administrativas.....	94
10.10.1.1. Alteração unilateral do contrato.....	94
10.10.1.2. Fato do príncipe.....	94
10.10.1.3. Fato da administração .....	95
10.10.2. Área Econômica.....	95
10.10.3. Interferências ou Fatos Imprevistos.....	95
10.10.4. Força Maior e Caso Fortuito.....	96
10.11. Rescisão dos Contratos Administrativos.....	96
<b>Capítulo 11 – Serviços Públicos.....</b>	<b>99</b>
11.1. Conceito .....	99
11.2. Formas de Prestação de Serviço Público.....	99
11.3. Competência .....	100
11.4. Classificação dos Serviços Públicos .....	101
11.5. Das Concessão, Permissão e Autorização de Serviços Públicos .....	101
11.6. Extinção da Concessão.....	103
<b>Capítulo 12 – Intervenção do Estado na Propriedade Privada.....</b>	<b>105</b>
12.1. Introdução .....	105
12.2. Intervenção Restritiva e Supressiva .....	105
12.3. Tipos de Intervenção .....	106
12.4. Limitações Administrativas .....	106
12.5. Ocupação Temporária .....	106
12.6. Requisição Administrativa.....	107
12.7. Servidão Administrativa.....	108
12.8. Tombamento .....	109
12.8.1. Competência.....	110
12.8.2. Tipos de Bens que Podem ser Tombados.....	110
12.8.3. Classificação.....	110
12.8.3.1. Quanto à Constituição .....	110
12.8.3.2. Quanto à Eficácia .....	110
12.8.3.3. Quanto aos Destinatários .....	110
12.8.4. Procedimento do Tombamento .....	111
12.8.5. Efeitos.....	111

12.9. Desapropriação ou Expropriação.....	112
12.9.1. Noções Gerais.....	112
12.9.2. Espécies de Desapropriação.....	113
12.9.3. Desapropriações Ordinárias.....	113
12.9.4. Desapropriações Extraordinárias ou Especiais.....	114
12.9.5. Bens Desapropriáveis.....	114
12.9.6. A Competência nas Desapropriações.....	115
12.9.7. Procedimento das Desapropriações Ordinárias.....	115
12.9.8. Ação de Desapropriação.....	117
12.9.9. Desapropriação Indireta.....	117
<b>Capítulo 13 – Agentes Públicos.....</b>	<b>119</b>
13.1. Definição.....	119
13.2. Classificação.....	119
13.3. Agentes Políticos.....	119
13.4. Servidores Públicos (Servidores Estatutários ou Civis).....	120
13.5. Militares.....	120
13.6. Empregados Públicos.....	120
13.7. Contratados Temporários.....	121
13.8. Pessoas em Colaboração.....	121
13.9. Disposições Constitucionais sobre os Agentes Públicos.....	122
13.9.1. Acessibilidade.....	122
13.9.2. Concurso Público.....	122
13.9.3. Cargo, Emprego e Função Pública.....	123
13.9.3.1. Função Pública.....	123
13.9.3.2. Cargo Público.....	124
13.9.3.3. Emprego Público.....	125
13.9.4. Inacumulação de Cargos, Empregos e Funções.....	125
13.9.5. Direitos Constitucionais do Servidor Público: Greve, Associação Sindical, Mandato Eletivo, Estabilidade.....	126
13.9.6. Demissão e Exoneração.....	127
13.9.7. Reintegração, Recondução, Aproveitamento e Disponibilidade.....	128
13.9.8. Vitaliciedade.....	128
13.9.9. A Remuneração.....	129
13.9.10. Responsabilidade dos Servidores Públicos.....	131
<b>Capítulo 14 – Controle da Administração Pública.....</b>	<b>133</b>
14.1. Definição.....	133
14.2. Classificação.....	133
14.2.1. Quanto à Origem: Interno, Externo e Popular.....	133
14.2.2. Quanto ao Momento: Preventivo, Concomitante ou Posterior.....	133
14.2.3. Quanto ao Aspecto.....	134
14.2.4. Quanto à Amplitude.....	134
14.3. Controle Administrativo.....	134
14.4. Controle Legislativo.....	135

14.5. Controle Pelos Tribunais de Contas .....	135
14.6. Controle Judicial .....	136
<b>Capítulo 15 – Processo Administrativo</b> .....	139
15.1. Definição.....	139
15.2. Espécies .....	139
15.3. Princípios.....	140
15.3.1. Da Legalidade .....	141
15.3.2. Do Informalismo .....	141
15.3.3. Da Oficialidade .....	141
15.3.4. Da Ampla Defesa e do Contraditório .....	141
15.3.5. Da Verdade Material .....	142
15.3.6. Da Publicidade .....	142
15.3.7. Da Gratuidade .....	143
15.3.8. Princípio da Motivação .....	143
15.4. Fases do Processo Administrativo .....	144
15.4.1. Instauração .....	144
15.4.2. Da Instrução e Defesa .....	146
15.4.3. Do Relatório e da Decisão .....	146
15.5. Os Recursos Administrativos .....	146
15.5.1. Noções Gerais.....	146
15.5.2. Legitimidade.....	147
15.5.3. Pedido de Reconsideração .....	147
15.5.4. Condições e Pressupostos do Recurso .....	147
15.6. Da Revisão .....	148
15.6.1. Os efeitos da súmula vinculante nos processos administrativos..	148
<b>Capítulo 16 – Responsabilidade Civil do Estado</b> .....	149
16.1. Noções Gerais.....	149
16.2. Evolução da Responsabilidade Estatal .....	149
16.2.1. A Irresponsabilidade .....	149
16.2.2. A Responsabilidade Civil Comum do Estado .....	149
16.2.3. A Responsabilidade Baseada na Culpa Administrativa .....	150
16.2.4. A Responsabilidade Baseada na Teoria Objetiva .....	150
16.2.5. A Responsabilidade Estatal no Direito Brasileiro .....	151
16.3. Aplicação da Responsabilidade Estatal: Objetiva e Subjetiva .....	151
16.4. A Responsabilidade Estatal.....	152
16.5. Responsabilidade por Atos Comissivos .....	152
16.6. Responsabilidade por Atos Omissivos .....	153
Referências Bibliográficas.....	157
Exercícios.....	159